

Diante destas razões de ordem material, temos uma conformação ideológica muito distinta da inglesa e fundamentalmente da francesa.

Em primeiro lugar, a extraordinária mesquinhez, a estreiteza, a falta de horizontes da vida nos pequenos principados alemães, comparada com a da Inglaterra ou França. Em segundo lugar — e em relação estreita com o já apontado — a subsunção muito maior e mais tangível dos súditos ao monarca e a seu aparato burocrático, e a margem objetiva muito mais estreita que isso deixa para uma atitude ideológica de oposição ou simplesmente crítica. A isto, há que se acrescentar que o luteranismo (e, mais tarde, o pietismo, etc.) reduz, ainda que de maneira mais subjetiva, esta margem, converte a submissão externa em servilismo interior e inocula, assim, aquela mentalidade de súditos que Friedrich Engels chamava de "lacaia" [...]. Isto explica por que os alemães não tomam parte, tampouco, em movimentos revolucionários burgueses chamados a substituir a forma de governo da monarquia absolutista, ainda não alcançada para uma Alemanha unida, por outra forma de Estado mais alta e em sintonia com um desenvolvimento mais progressivo do capitalismo [...]. Num país assim, não pode surgir, naturalmente, uma burguesia rica, independente e poderosa, nem uma intelectualidade progressista e revolucionária, em sintonia com seu desenvolvimento.¹⁴⁰

Estabelece-se, então, uma aliança conciliatória com a nobreza *junker*, que consubstancia-se numa forma de Estado que iria re-fletir todo o atraso econômico-industrial do capitalismo alemão, cujo processo acumulatório é realizado dentro de uma estrutura produtiva feudal onde a industrialização se dá no período posterior ao da Inglaterra e da França. Podemos dizer que o caminho prussiano de desenvolvimento capitalista é historicamente menos "generoso" do que o da "via clássica". Enquanto, no segundo, o processo de desenvolvimento liberta o camponês das cadeias da servidão feudal, o primeiro transforma essa servidão em grilhões capitalistas. No entanto, estas "sobrevidências" feudais não impe-

capitalistas, se manifestasse desde o primeiro momento, uma atitude de subordinação com relação ao estado prussiano; a tendência de pactuar constantemente com a burocracia semifeudal, a perspectiva de que era possível fazer valerem os interesses econômicos da burguesia em pacífica aliança com a monarquia prussiana." *El asalto a la razón*, cit., p. 42.

¹⁴⁰ Ver G. Lukács, *op. cit.*, p. 32-33.

diram o desenvolvimento industrial alemão, um desenvolvimento que não surge, como o inglês e francês, no período das manufaturas, mas já no século XIX, dentro de um capitalismo moderno.

Assim, se a burguesia francesa encontrou, durante sua luta contra o *Ancien Régime*, uma massa socialmente informe e pôde englobá-la no amplo espectro do "terceiro estado", a burguesia alemã, ao contrário, em seu caminho para a industrialização ampla e para a consolidação da unidade nacional, encontra um proletariado moderno, apesar de incipiente. Surge, desse modo, a necessidade de um controle centralizado do aparelho estatal; um Estado autocrático, conduzido por uma ideologia que expresse a conciliação de classes e a manipulação de massas. Daí, para os setores da burguesia alemã mais determinados em eliminar possibilidades de comoções sociais, principalmente na Prússia, abria-se o caminho mais cômodo de uma articulação de classe, que permitia alijar a perspectiva de uma revolução democrático-burguesa e, ao mesmo tempo, atingir as metas de desenvolvimento de forças produtivas capitalistas, ainda que renunciando à hegemonia política dentro do aparelho de Estado.

Dessa forma se processa todo o direcionamento conciliatório da burguesia alemã, que aponta, então, para a transformação gradativa da organização produtiva, assumindo uma ordem modernizadora sob o manto de um nacionalismo chauvinista e contrarrevolucionário, materializado no Estado bismarckiano. A Alemanha bismarckiana é, como ressaltou Engels, um Estado próximo do que foi a França de Bonaparte. A "monarquia bonapartista" alemã, representou objetivamente, um progresso em relação à situação anterior a 1848, já que, nos marcos daquele regime político, foram satisfeitas as necessidades da burguesia, desenvolvendo-se as forças produtivas. No entanto, esse progresso econômico aconteceu, como já enfatizamos, sem uma revolução burguesa vitoriosa, o que possibilitou a permanência da nobreza e de suas formas de gestão do Estado, assim como de sua hegemonia política.¹⁴¹ Na medida em que a revolução dá lugar ao "pacto" conciliatório, com o conseqüente afastamento das massas populares (na maioria das vezes, por violenta repressão), o aspecto de pro-

¹⁴¹ Veja-se G. Lukács, *op. cit.*, p. 45.

gresso restringe-se ao avanço das forças produtivas e subsume-se à sua forma política reacionária.

Como uma primeira síntese, vemos, comparando o ascenso burguês da via "clássica" com o da "prussiana", o aspecto multifacetário do liberalismo, o que não significa que ele seja meramente uma ideologia manipulatória da classe burguesa. O caráter de ambigüidade que o liberalismo assume, e aí reside sua concretude, está direcionado com seu momento histórico mesmo. Localizando-o em sua historicidade concreta é que percebemos por que o liberalismo apresentou-se como revolucionário e conservador, subversivo e conformista. Nos inícios do pleno avanço burguês, enquanto modo de produção, o liberalismo recorreu à prática revolucionária, porque era a expressão mesma de uma classe revolucionária, que se encontra na oposição às forças do Antigo Regime, combatendo o absolutismo e seus privilégios exclusivos. O liberalismo é revolucionário quando a burguesia tem de pôr abaixo os entraves feudais que restam para sua plena ascensão. Por outro lado, é refreador do processo revolucionário e torna-se conservador, quando esses entraves são eliminados através de reformas "pelo alto" e pactos com a antiga nobreza, que transfigura-se em "burguesia titulada" ou, ainda, com a tomada do poder e a eliminação do que lhe ameaça o poder. Esses elementos nos dão o real caráter e os limites do liberalismo, ainda quando em seu momento revolucionário. Marx, em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, ao lembrar que os revolucionários franceses aparecem vestidos com as túnicas romanas, dá a verdadeira dimensão do pensamento liberal, assim como demonstra os parâmetros de sua democracia burguesa. Como diz Lênin, a democracia burguesa está encerrada nos limites estreitos do capitalismo e, dessa forma, é sempre uma democracia para a minoria, para as classes possuídas.¹⁴² O conceito de liberdade e de povo é dimensionado, assim, pelo da Antigüidade Clássica.

A importância simbólica da república romana não se confina à revolução francesa, evidentemente, mas aparece desde o Renascimento em toda parte onde se pretendia estabelecer um regime republicano. No caso específico da França, a presença

¹⁴² Veja-se V. I. Lênin, *El estado y la revolución*, em *Obras Completas*, cit., tomo XXVII, p. 95.

do modelo romano nas obras de Rousseau e de Montesquieu fornecerá aos revolucionários uma referência central para uma prática que pretende dar um lugar político à plebe, *mantendo, porém, o poder do patriciado* [...]. A presença do modelo romano, com ênfases diferentes por girondinos e jacobinos, permite que compreendamos que o "Povo" é menos a população francesa, menos as classes sociais populares ou a plebe e muito mais um princípio jurídico e econômico, exatamente aliás, como em Florença — onde o *popolo* são "os cidadãos economicamente ativos", distintos do *popolo minuto* [...].¹⁴³

No caso clássico, principalmente em sua forma mais radical, a francesa, aparece a noção de "povo" como artifício do Estado, na medida em que, para levar a cabo sua tarefa de sepultar o velho feudalismo, a burguesia necessita de sua força — da força das massas populares do campo e das cidades —, porque bate-se frontalmente com a antiga nobreza feudal. No caso prussiano o processo conciliatório pôde excluir as massas, já que não houve a revolução e, dessa forma, a noção de Estado aparece, não como a representação do poder popular, mas como a representação de um espírito comum — *volksgeist* — "imane" à "nação" alemã.

* * *

Explicitadas as situações histórico-concretas das formas de desenvolvimento capitalista "clássica" e "prussiana", debruçemo-nos, agora, sobre o "caminho brasileiro" do capitalismo, que sua origem colonial engendrou, buscando-se o entendimento do real caráter que o processo emancipacionista assumiu. Na realidade, o processo de enificação do capitalismo no Brasil insere-se no conjunto histórico das formações sociais americanas, na medida em que tais formações apresentam uma gênese colonial comum. No entanto, apesar dessa gênese colonial comum, e, diga-se, do continente americano por excelência, aspectos histórico-particulares de seu processo capitalista aparecem, diferenciando-as, inclusive no que se refere à própria essência da objetivação capitalista. Como exemplo histórico limite, temos os Estado Unidos da Amé-

¹⁴³ Cf. Marilena Chauí, *O nacional e o popular na cultura brasileira — Seminários* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983), pp. 25-26 (grifo nosso).

rica, a "via americana", como chamou Lênin,¹⁴⁴ onde encontramos uma estrutura de colonização que propiciará a ruptura com o estatuto colonial britânico e com a forma produtiva colonial.

Os burgueses do Norte desenvolveram atividades comerciais intensas (Boston, Nova Iorque e Filadélfia), exportando produtos agrários, carnes e peixes secos e manufaturados para o Caribe e para sua própria metrópole, e trocando rum por escravos na África. Esta é a base do comércio triangular. É importante lembrar ainda, como observou Marx, no IV volume d'O *Capital*, que o latifúndio escravista não se constituiu num entrave à concentração capitalista, posição esta que Moore compartilha: "A escravatura nas plantações do Sul, deve-se acrescentar, não constituiu um grilhão econômico para o capitalismo industrial. Se algo se pudesse dizer, seria o contrário; ela ajudou a promover o desenvolvimento industrial americano nas suas fases iniciais".¹⁴⁵ Tais circunstâncias criarão as condições histórico-objetivas para que se consolide uma burguesia nacional que — apesar de, a princípio, mais débil economicamente que a burguesia agrária sulista — dará a linha política radical e revolucionária para a Independência. Assim, a Revolução Americana permitirá o rompimento com os limites coloniais e elevará seu processo emancipacionista ao nível da "via revolucionária" (clássica) do desenvolvimento burguês, que se consolida não na "guerra de Independência" (1776-1783) mas quase um século após, quer dizer, na "Guerra Civil" (1861-1865). Quando isso ocorre, o Norte industrial, agora mais forte economicamente, destrói a estrutura escravista do Sul em favor do pleno desenvolvimento de forças produtivas e

¹⁴⁴ Veja-se V. I. Lênin, *El programa agrário de la social democracia en la primera revolución rusa de 1905-1907*; também, "Nuevos datos sobre las leyes de desarrollo del capitalismo en la agricultura" — *El capitalismo y la agricultura en los Estados Unidos de América*, em *Obras completas*, cit., tomo XXXIII.

¹⁴⁵ Ver B. Moore, *op. cit.*, p. 116.

Veja-se, também: Eric Williams, *Capitalismo e escravidão* (Rio de Janeiro: Cia. Ed. Americana, 1975). C. Van Woodward (org.), *Ensaíos comparativos sobre a história americana* (São Paulo: Ed. Cultrix, s/d). Leo Huberman, *História da riqueza dos EUA (Nós, o povo)* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978). Herbert Aptheker, *A revolução americana* (Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1969).

relações de produção capitalistas. A "via revolucionária", nos EUA, mobilizou milhões de pessoas do povo, homens livres que lutaram para continuar livres. Consolidou a democracia burguesa mais "típica". Estruturou, enfim, o mais burguês dos países burgueses. Como dissemos, o caso norte-americano constitui-se num limite que foge à tendência histórica da América como um todo, onde localiza-se o Brasil. Não no aspecto referente às comissões sociais, pois os países americanos, também passarão por rebeliões, revoltas e "revoluções" em seus movimentos pela Independência. No entanto, *o fundamento da diferença está justamente no processo histórico-particular dessas formações sociais*. Seus movimentos emancipacionistas não contaram com situações histórico-concretas de onde pudessem emergir burguesias nacionais prontas a romper com a metrópole, engendrar um processo acumulador direcionado à rápida industrialização. No que se refere às idéias liberais, como pensá-las absorvidas por uma burguesia fundamentalmente agrária e subsumida a interesses econômicos não "nacionais", sendo a economia de muitas delas baseada no trabalho escravo?

Dentro desses contornos historicamente postos, o Brasil surge como outro caso "limite". Porém, aqui, na direção inversa do caso norte-americano, uma vez que essa forma de emancipação forjou um novo tipo de subsunção aos pólos centrais do capitalismo. Já residem, ao nosso ver, as determinações histórico-genéticas do caráter da Independência da América e, mais especificamente, do Brasil. Como definir, então, o "caminho" capitalista das formações sociais de origem colonial? A nível de uma aproximação inicial, seguiremos os trabalhos dos que procuraram desenvolver a análise das formações sociais a partir de suas determinações particulares, isto é, histórico-geneticamente.¹⁴⁶ Carlos N. Coutinho e Luis W. Vianna, partem da conceituação leniniana de "via prussiana", adaptando este conceito à situação da formação social brasileira, já que o processo de desenvolvimento do capi-

¹⁴⁶ Veja-se Carlos Néilson Coutinho, *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira* (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1974). Luiz W. Vianna, *op. cit.* José Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado* (São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978).

talismo assemelha-se ao caso prussiano.¹⁴⁷ Por sua vez, J. Chasin, seguindo também a conceituação leniniana de "via prussiana", mas elevando a concreção específica da particularidade histórica brasileira, chega à noção de "via colonial" do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ao estudarmos as análises sobre o processo de desenvolvimento capitalista, no contexto de sua historicidade concreta, percebemos que limitar a "via" brasileira à situação prussiana é descon siderar o fato concreto de *ser colônia*, com todos os seus desdobramentos histórico-objetivos. Nesse sentido, aproximamo-nos do conceito "via colonial", desenvolvido por J. Chasin, que releva ao patamar devido a concretude do extrato colonial da formação social brasileira. No entanto, considerações devem mediar essa polêmica, que, antes de ser mera questão "retórica", apresenta-se como elemento conceitual da maior importância, no sentido de se alcançar, da maneira mais próxima possível, os determinantes ontológicos do "ser social" Brasil.

Efetivamente, aparecem elementos comuns nas situações históricas onde o capitalismo desenvolveu-se tardiamente. (Estaremos nos limitando ao "caso prussiano", na figura da Alemanha, já por nós brevemente colocado, pois existem os casos italiano e japonês que, de certa forma, poderiam estar sendo enquadrados no conceito de "prussianismo".) Vemos, no Brasil, que todo o processo de concentração capitalista, rumo ao desenvolvimento industrial, aparece também através do campo. É um processo lento, sem dúvida, cheio de percalços típicos de uma colônia apossada por sua metrópole em decrepitude, que inicia a ganhar um ritmo mais acelerado, a partir de meados do século XVIII. Vejamos o que ocorria naquele momento: além da mineração, que desencadeia um grande surto de comércio e de produção de peças manufaturas de tecidos (fechados por decreto real em 1785) e ferro, temos um processo urbanizador fora do litoral. Também surge o que Caio Prado Jr. chamou de "Renascimento Agrícola". Inicia-se, no Maranhão, o surto algodoeiro que expan-

¹⁴⁷ Veja-se Fernando Uricoechea, *O minotauro imperial* (Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1978), onde o autor aproxima o "caso brasileiro" com a situação russa, o que não deixa de ser um paralelo, de certa forma, próximo ao caso alemão, como analisou Lênin no *El programa agrário de la social democracia en la primera revolución rusa de 1905-1907*.

dir-se-á pelas várias regiões do Norte/Nordeste, chegando ao Rio de Janeiro. Juntamente com o algodão, o açúcar também receberá o sopro expansionista nas antigas regiões produtoras de Pernambuco e Bahia. Além dessas regiões, tradicionais no plantio açucareiro, São Paulo iniciará sua produção, que pode ser entendida como o marco de sua futura prosperidade.¹⁴⁸ Outro produto importante, que será o segundo da colônia, é o arroz, também produzido no Maranhão, no Pará e Rio de Janeiro. Além desses produtos, o café começa a ser cultivado. Com a decadência da mineração no Centro-Oeste, desenvolve-se, naquela região, a pecuária, cabendo a Minas Gerais o lugar de maior e melhor produtor da colônia, principalmente na produção de laticínios, agora praticada em escala comercial. Essa situação econômica da colônia nos dá o parâmetro do processo inicial de acumulação de capital. Os dados de Heitor Ferreira Lima nos fornecem os argumentos necessários para que se demonstre esse início de concentração de capital, no quadro de comércio do Brasil com Portugal, entre 1796 e 1807:

Anos	Exportação em mil-réis	Importação em mil-réis
1796	11.474:800\$000	6.982:000\$000
1797	4.258:800\$000	8.525:600\$000
1798	10.816:400\$000	10.668:000\$000
1799	12.584:400\$000	15.800:800\$000
1800	12.528:000\$000	9.432:000\$000
1801	14.776:400\$000	10.680:000\$000
1802	10.353:200\$000	10.151:600\$000
1803	11.332:000\$000	9.928:400\$000
1804	11.199:600\$000	11.583:200\$000
1805	13.948:400\$000	9.505:200\$000
1806	14.155:600\$000	8.426:000\$000
1807	13.927:600\$000	6.952:800\$000

Fonte: Riberto Simonsen, *História econômica do Brasil*, vol. II, pág. 332.

"Verificam-se, por esses algarismos, que nos doze anos mencionados de nossas transações com a Metrópole, nove foram favoráveis ao Brasil, isto é, que exportamos mais do que importamos.

¹⁴⁸ Ver Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1971), cap. IV.

Todos estes dados revelam um país em pleno desenvolvimento, com apreciável produção e uma participação no comércio internacional não desprezível.¹⁴⁹ Evidencia-se, então, que se produziu no Brasil uma razoável quantidade de capital, que se concentrou, fundamentalmente, na região Sudeste. Esse capital será, posteriormente, investido na produção cafeeira. A produção açucareira em São Paulo muito contribuiu para esse processo, chegando já no século XVIII a iniciar alterações na região, direcionando para uma incipiente "modernização":

Foi ela responsável pela modificação completa do panorama econômico e social da região, criando uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do comércio exterior e tornando possível, mais tarde, o rápido crescimento dos cafezais no hinterland de Santos [...]. O sistema viário, as linhas que dirigem a exportação, as bases em que repousa a atividade agroindustrial etc., foram estabelecidas nesse período. [...] Na realidade, o açúcar teve de organizar toda a infra-estrutura indispensável à sua comercialização. As estradas, o porto, o comércio, tudo se desenvolveu em consequência da nova atividade econômica dos paulistas e se adequou a essa função. Santos, antes de ser porto do café, foi porto de açúcar.¹⁵⁰

Esse processo de concentração, que se forma na própria estrutura colonial e que terá maior impulso com a extinção do "exclusivo colonial", criará, então, o capital nacional que, além do açúcar, advirá de outras atividades.¹⁵¹

Se temos, portanto, um processo acumulador pelo campo que se aproxima do "caso alemão", podemos, ainda, ir mais além. Na Alemanha a unidade nacional é imposta de cima para baixo; no Brasil, esta unidade também o é. A nobreza *junker* constituiu-se, na verdade, numa burguesia com título de nobreza e algo similar teremos com a "nobreza" brasileira que herda o aspecto da fidal-

¹⁴⁹ Ver Heitor Ferreira Lima, *História político-econômica e industrial do Brasil* (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975), pp. 117-118.

¹⁵⁰ Ver Maria Tereza S. Petrone, *A lavoura canieira em São Paulo* (São Paulo: Difel, 1968), p. 223.

¹⁵¹ "Está fartamente demonstrado, em primeiro lugar, que inúmeras fazendas de café, certamente as mais significativas, foram organizadas com capitais transferidos diretamente do setor mercantil (comércio de mulas, capital usurário urbano, tráfico de escravos, etc.)". João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984), p. 54.

guia portuguesa. O processo de construção do Estado nacional é excludente para as massas, tanto na Alemanha como no Brasil. No entanto, essas semelhanças formais guardam diferenças de cunho estrutural e, aí, a dimensão colonial se coloca com toda a legitimidade e legalidade que a história lhe confere. Entretanto, o aspecto formal, que não dissocia-se de seu conteúdo, como dizia Marx, elevado à sua expressão concreta, dá à morfologia brasileira sua real dimensão. O aspecto "prussiano" aparece, assim, no sentido de caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana como uma *forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de análise da entificação do capitalismo*. Pensamos então que, para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de "via prussiano-colonial" é a que mais expressa sua genericidade, por que respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou "hipertardia", como quer Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil.

* * *

O caráter do Estado nacional brasileiro.

Definida conceitualmente a "via" do desenvolvimento capitalista no Brasil — a "via prussiano-colonial" — podemos, agora mais seguramente, discutir o caráter do processo emancipacionista brasileiro. Vimos que as idéias liberais chegam à colônia pelo viés do mercantilismo ilustrado português (é importante frisar que ele é também espanhol), assim como já estabelecemos os limites que esse viés proporciona e que estão presentes quer na metrópole, quer na colônia. A inexistência das condições históricas para o surgimento de uma burguesia revolucionária no conjunto do Império português é, no Brasil, agravada sobremaneira, porque a escravidão será o maior impedimento para a ideologia liberal. Poderíamos dizer que em todo tipo de sociedade onde formas plenas de desenvolvimento burguês encontraram travagens históricas, nas formações sociais não pertencentes à "via clássica", o liberalismo apresentou-se com sua face conservadora e reacionária. No conjunto do continente latino-americano essa tendência

surge nitidamente. Na Hispano-América, onde os processos de independência apareceram de maneira mais radical, o despotismo ilustrado aparece como solução ideológica salvadora, como vemos no México com Iturbide, no Chile com O'Higgins, na Argentina com Rivadavia, no Paraguai com Francia, etc.

Voltando ao Brasil, o "caso limite", vemos que a absorção do liberalismo será restrita em seu aspecto econômico, mesmo assim, mantido em parte, apenas no direito de livre comércio e produzir (produção esta, limitada à agrícola). A nível político, a *liberté, égalité e fraternité* dos revolucionários franceses e norte-americanos, a noção de sociedade civil burguesa, será restrita aos que possuem terras, escravos e dinheiro. Assim, é a concretude da estrutura produtiva que desmente, na prática, os princípios liberal-revolucionários. No contexto europeu, a luta dos liberais direcionava-se para o aspecto da liberdade ampliada do homem, ainda que, ressalte-se, subsumida às relações limitantes do capital industrial. Mas, sem dúvida, a idéia de sociedade civil era inovadora frente às restrições de cunho feudal.

No Brasil as relações de produção se direcionavam para um caminho concretamente distinto — com especificidade estrutural desdobrada da escravidão capitalista. A inexistência de relações capitalistas industriais ("capitalismo verdadeiro") e, conseqüentemente do proletariado, impossibilitava a implantação de quaisquer aproximações, a nível das relações sociais, com as reais perspectivas liberal-revolucionárias. Diversa da liberdade pessoal que o universalismo burguês apregoava, a estrutura escravista criava, dentro das relações sociais e no aspecto ideológico, a manipulação que sustentava o controle e o alijamento social das massas populares. "Para as elites que tiveram a iniciativa e o controle do movimento, liberalismo significava apenas liquidação dos laços coloniais. Não pretendiam reformar a estrutura de produção nem a estrutura da sociedade. Por isso a escravidão seria mantida, assim como a economia de exportação. Por isso o movimento de independência seria menos antimonárquico do que anti-colonial, menos nacionalista do que antimetropolitano".¹⁵²

Comparando-se, então, com a "via prussiana", entendemos que no Brasil o sentido da Independência é que, parafraseando

¹⁵² Ver Emília Viotti da Costa, *op. cit.*, p. 33.

Lukács, também o sentido da articulação "pelo alto" apresenta uma aparência de exterioridade desconexa de sua real interioridade. No entanto, se na "via prussiana" o processo conciliador ainda leva sua burguesia à autonomia nacional e ao progresso econômico de molde "capitalista verdadeiro", na "via prussiano-colonial", ao contrário, a interioridade escravista direciona para a subsunção de sua burguesia aos pólos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial, enquanto "elo débil" do modo de produção capitalista em seu conjunto anatómico.

Sob esse ponto de vista percebemos o real espectro do processo emancipacionista brasileiro. Como disse Caio Prado Jr., a Independência possui o caráter de "arranjo político",¹⁵³ o que nos permite dizer, na direção de José Honório Rodrigues, que a Independência assemelha-se mais à contra-revolução do que é revolução;¹⁵⁴ à conciliação com o velho, relegando ao novo uma exterioridade vazia de significado concreto. Não nos esqueçamos que a idéia de separação total em relação à Portugal concretiza-se quando se evidencia a impossibilidade da manutenção da monarquia dual, com a preservação da autonomia comercial brasileira. Desdobra-se, então, que as idéias liberais foram utilizadas, no Brasil, com intuítos amesquinados e levando em conta os processos emancipacionistas dos outros países do Continente. A Revolução Americana, verdadeiro vagalhão revolucionário do momento histórico da afirmação burguesa, foi duplamente ensinadora para a burguesia latifundiária do Brasil. De um lado, mostrou que a participação popular, no processo revolucionário, encurta o espaço de privilégios e de mando político; por outro, a lição da América Central demonstrou que quando generalizadas nas massas oprimidas, as idéias revolucionárias podem representar sentença de morte aos exploradores, como se deu no Haiti. Daí o terror às massas populares e o pesadelo constante da revolta dos negros, o medo do Haiti. Ressaltemos, ainda, que a sociedade

¹⁵³ Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*, cit.

¹⁵⁴ José Honório Rodrigues, "A evolução política", em *Independência: revolução e contra-revolução* (Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 5 vols., 1975), vol. I, *A evolução política*.

escravista brasileira não consubstanciava-se apenas nas práticas costumeiras, que fique claro, de coerção violenta. Essa era comum aos escravos, cuja situação era impossível esconder. Havia, como o lado reverso da coerção violenta, uma forma dissimulada (manipulatória) e por isso mais terrível de coação, expressa no "paternalismo", na "ideologia do favor", como chamou Schwarz,¹⁵⁵ ocultada enquanto foi possível por uma literatura "sociologista" não menos dissimulatória, como a de Gilberto Freire onde se lê que o português "[...] foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos".¹⁵⁶ Como se o simples fato de existir a escravidão já não bastasse para dar a ela seu real conteúdo de crueldade, podemos lembrar que a cada tentativa dos negros de buscar sua liberdade, o colonizador português reprimiu a ferro e fogo, com os massacres, a cargo dos bandeirantes paulistas, de tristes memórias.¹⁵⁷

Engendrada pela formação social escravista, a "ideologia do favor" aparece como um instrumento de dominação, só que num patamar mais elevado, isto é, o da diluição social, junto aos elementos livres e "semilivres" que a própria estrutura escravista ia criando.¹⁵⁸ É para esses homens "livres" que o "favor" funcionava com o que poderíamos chamar de simulacro, uma relação que se estabelecia como caricatura do universalismo burguês, entre eles e os pertencentes à "classe dominante". Como síntese esquemática,

¹⁵⁵ Cf. Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas* (São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1977). Veja-se também Maria Sylvia de C. Franco, *Homens livres na ordem escravocrata* (São Paulo: Ed. Ática, 1976).

¹⁵⁶ Ver Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala* (Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1984), p. 189.

¹⁵⁷ Veja-se Clóvis Moura, *Rebeliões na senzala* (São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981).

¹⁵⁸ "Numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosamente, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma 'ralé' que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens e rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade". Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, cit., p. 14.

[...] pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o "homem livre", na verdade dependente. Entre os dois primeiros a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e os seus bens dependem materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura, o favor é, portanto, o mecanismo através do qual se produz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. [...] Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força.¹⁵⁹

Percebemos, dessa forma, que a base real da formação social escravista do Brasil desautoriza o liberalismo e a revolução em sua configuração clássica. Essa especificidade determinada por tal configuração, não deixaria de gerar um Estado à sua imagem e semelhança. Um aparelho estatal de onde se desprege a violência e o favor deletérico, para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares (escravos e homens "livres") fora do cenário político sempre. Uma estrutura, enfim, que permita até golpes e contragolpes constantes entre as facções dominantes sem alterações, no entanto, de seu aspecto basilar.

A instituição do regime monárquico no Brasil acontece, como sabemos, na segunda década do século XIX, quando, em outros países da América, já se conheciam as dificuldades dos oligarcas em manter o poder político dentro de um processo de revolução ou comoção social. A chamada "crise da Independência" vivida no Continente, tem seu ponto de descenso exatamente na metade dos anos vinte daquele século. As "revoluções" desencadeadas em toda a América davam, para a burguesia agrária do Brasil, um largo quadro dos perigos que poderiam advir de um processo comocionado em que o controle político tornava-se muito duvidoso. Além disso, ficava claro, para a "aristocrática" burguesia brasileira, a enorme possibilidade do fracionamento do território nacional, caso se desencadeasse, no Brasil, algo semelhante às lutas intestinas que desintegraram a Hispano-América. Toda a condução política da luta contra Portugal foi realizada, então, sempre

¹⁵⁹ Ver Roberto Schwarz, *op. cit.*, p. 16.

na perspectiva dessa burguesia, cautelosa e ciente da necessidade de ter as rédeas do processo em suas mãos, na medida em que o elemento fundamental era a preservação da estrutura econômica colonial do país e de suas relações sociais. Como ilustração dessa postura de cautela é interessante notar que nem mesmo a Revolução de 1817, em Pernambuco, propunha a libertação dos escravos, como demonstra-nos o *Journal Politique et Littéraire de Toulouse*, de quinta-feira, 19 de junho de 1817:

O governo provisório de Pernambuco julgou conveniente declarar que o momento atual não é favorável à emancipação dos homens de cor e dos escravos indistintamente. O governo deseja uma emancipação que destrua para sempre o cancro da escravidão, mas desejou-a, ao mesmo tempo, lenta, regular e legal.¹⁶⁰

Essa postura sobre o problema da escravidão, por parte dos "revolucionários" de 1817, permite-nos observar que, mesmo quando radicalizante, a perspectiva não se volta para a ruptura com a estrutura colonial de produção, expressando, assim, a *tendance majeure* das "classes dominantes", de manter a unidade do território e a estrutura político-econômica nos moldes metropolitanos. Seguiu-se, então, o exemplo metropolitano, e a emancipação apresentou-se como uma *continuidade reformada* do passado colonial. A independência se faz, então, a partir de uma transferência pacífica do poder metropolitano para o brasileiro, executada competentemente pela "classe dominante" que, de maneira consciente, deixa de fora do processo toda a nação. Opta-se pela forma monárquica, já que um governo republicano poderia abrir espaços não desejáveis e a experiência da metrópole demonstrara sua eficácia.

Era fundamental conter o "jacobismo" republicano, existente entre os setores que constituíam as camadas médias urbanas, objetivando criar as condições para a unificação da condução do processo político. Essa unidade foi, então, personificada na pessoa do Príncipe Regente, o que implicou a continuidade da estrutura

¹⁶⁰ Citado por Jacques Godechot, "Independência do Brasil e a revolução do Ocidente", em 1822: *Dimensões* (São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972), org. por Carlos Guilherme Motta, p. 35.

burocrática político-administrativa trazida de Portugal. Podemos perceber que, com essas medidas, a burguesia agrária já preparava a estruturação do Estado, dentro do espírito restaurador, dominante nas consciências conservadoras da "aristocracia" nacional. D. Pedro aparece encarnando a "vontade nacional". Essa exterioridade é de fato, um compromisso do Estado monárquico com a necessidade da burguesia agrária de consolidar a unidade nacional e, nesse sentido, essa unidade surge como o *Zollverein* das "élites" brasileiras. De modo que haverá sempre a preocupação, por parte das "élites", em limitar o poder do Imperador. Para o grupo latifundiário, esse era o limite de sua oposição. Por outro lado, os setores mais alinhados com a pequena burguesia urbana, pressionavam por reformas mais profundas. Na verdade, os latifundiários, reais construtores da emancipação, tentavam cooptar o Imperador às suas propostas, e assim limitá-lo, objetivando frear a "radicalidade" dos setores mais liberais, através de José Bonifácio. Foi com essa perspectiva que instalou-se a Constituinte juntamente com uma brutal repressão aos "radicais". O dia 3 de maio de 1823, data da abertura da Assembléia Constituinte, encontra homens como Ledo, José Clemente, Januário e outros, presos ou banidos. E, temendo a radicalização, como ocorreu na França, deu-se o golpe de 1823, fechando-se a Constituinte. Tentaram, os "conservadores", uma saída aos moldes franceses, isto é, um Napoleão à brasileira, na figura de D. Pedro. Mas, ao contrário, o fechamento da Constituinte acabou enfraquecendo o poder do latifúndio e fortalecendo a reação portuguesa. Como observa Caio Prado Jr., esse foi o primeiro passo para a recolonização do país, que era afinal o objetivo último dos "absolutistas",¹⁶¹ representantes dos portugueses no Brasil, donos da maioria do comércio local. A carta de 1824, com o "Poder Moderador", estabeleceu o caráter autocrático do Estado e reforçou o poder pessoal do Imperador mas, em seu corpo geral, não diferia da "Constituição da Mandioca", de Antônio Carlos, o que resguardava os interesses da burguesia agrária. Faz-se necessário ressaltar que as reações mais radicais à nova situação política virão das regiões onde a crise do redimensionamento econômico do Império, deslocado para o Centro-Sul, era mais agravada, isto é, no Nordeste. A "Confé-

¹⁶¹ Cf. Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*, cit., p. 55.

na perspectiva dessa burguesia, cautelosa e ciente da necessidade de ter as rédeas do processo em suas mãos, na medida em que o elemento fundamental era a preservação da estrutura econômica colonial do país e de suas relações sociais. Como ilustração dessa postura de cautela é interessante notar que nem mesmo a Revolução de 1817, em Pernambuco, propunha a libertação dos escravos, como demonstra-nos o *Journal Politique et Littéraire de Toulouse*, de quinta-feira, 19 de junho de 1817:

O governo provisório de Pernambuco julgou conveniente declarar que o momento atual não é favorável à emancipação dos homens de cor e dos escravos indistintamente. O governo deseja uma emancipação que destrua para sempre o cancro da escravidão, mas desejou-a, ao mesmo tempo, lenta, regular e legal.¹⁶⁰

Essa postura sobre o problema da escravidão, por parte dos "revolucionários" de 1817, permite-nos observar que, mesmo quando radicalizante, a perspectiva não se volta para a ruptura com a estrutura colonial de produção, expressando, assim, a *tendance majeure* das "classes dominantes", de manter a unidade do território e a estrutura político-econômica nos moldes metropolitanos. Seguiu-se, então, o exemplo metropolitano, e a emancipação apresentou-se como uma *continuidade reformada* do passado colonial. A independência se faz, então, a partir de uma transferência pacífica do poder metropolitano para o brasileiro, executada competentemente pela "classe dominante" que, de maneira consciente, deixa de fora do processo toda a nação. Opta-se pela forma monárquica, já que um governo republicano poderia abrir espaços não desejáveis e a experiência da metrópole demonstrara sua eficácia.

Era fundamental conter o "jacobismo" republicano, existente entre os setores que constituíam as camadas médias urbanas, objetivando criar as condições para a unificação da condução do processo político. Essa unidade foi, então, personificada na pessoa do Príncipe Regente, o que implicou a continuidade da estrutura

¹⁶⁰ Citado por Jacques Godechot, "Independência do Brasil e a revolução do Ocidente", em 1822: *Dimensões* (São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972), org. por Carlos Guilherme Motta, p. 35.

burocrática político-administrativa trazida de Portugal. Podemos perceber que, com essas medidas, a burguesia agrária já preparava a estruturação do Estado, dentro do espírito restaurador, dominante nas consciências conservadoras da "aristocracia" nacional. D. Pedro aparece encarnando a "vontade nacional". Essa exterioridade é de fato, um compromisso do Estado monárquico com a necessidade da burguesia agrária de consolidar a unidade nacional e, nesse sentido, essa unidade surge como o *Zollverein* das "élites" brasileiras. De modo que haverá sempre a preocupação, por parte das "élites", em limitar o poder do Imperador. Para o grupo latifundiário, esse era o limite de sua oposição. Por outro lado, os setores mais alinhados com a pequena burguesia urbana, pressionavam por reformas mais profundas. Na verdade, os latifundiários, reais construtores da emancipação, tentavam cooptar o Imperador às suas propostas, e assim limitá-lo, objetivando frear a "radicalidade" dos setores mais liberais, através de José Bonifácio. Foi com essa perspectiva que instalou-se a Constituinte juntamente com uma brutal repressão aos "radicais". O dia 3 de maio de 1823, data da abertura da Assembléia Constituinte, encontra homens como Ledo, José Clemente, Januário e outros, presos ou banidos. E, temendo a radicalização, como ocorreu na França, deu-se o golpe de 1823, fechando-se a Constituinte. Tentaram, os "conservadores", uma saída aos moldes franceses, isto é, um Napoleão à brasileira, na figura de D. Pedro. Mas, ao contrário, o fechamento da Constituinte acabou enfraquecendo o poder do latifúndio e fortalecendo a reação portuguesa. Como observa Caio Prado Jr., esse foi o primeiro passo para a recolonização do país, que era afinal o objetivo último dos "absolutistas",¹⁶¹ representantes dos portugueses no Brasil, donos da maioria do comércio local. A carta de 1824, com o "Poder Moderador", estabeleceu o caráter autocrático do Estado e reforçou o poder pessoal do Imperador mas, em seu corpo geral, não diferia da "Constituição da Mandioca", de Antônio Carlos, o que resguardava os interesses da burguesia agrária. Faz-se necessário ressaltar que as reações mais radicais à nova situação política virão das regiões onde a crise do redimensionamento econômico do Império, deslocado para o Centro-Sul, era mais agravada, isto é, no Nordeste. A "Confé-

¹⁶¹ Cf. Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*, cit., p. 55.

deração do Equador", por exemplo, de inspiração republicana, não abrigava somente autênticos liberais de raízes urbanas e até populares. Os senhores de terras arruinados viam nela o pretexto para pressionar o governo, no sentido de rearticular o poder econômico perdido. O que fica evidente é que se distancia, cada vez mais, D. Pedro do conjunto da "nação". Os liberais-radicalis, por que viam nele a personificação do autocrata; os conservadores, porque percebiam que o Imperador já não era mais enquadrável em suas intenções. Ambos os grupos, porque percebiam desenharse, novamente, a ameaça da restauração portuguesa. Desvanecia-se a saída política que tentava pintar D. Pedro como o representante do povo. A situação caminhava rapidamente para uma radicalização e o ambiente tornava-se fértil aos liberais exaltados, de extração pequeno-burguesa urbana, que propunham mudanças mais fundas, pela via revolucionária. Forma-se, então, uma verdadeira frente ampla para isolar o Imperador e a reação portuguesa. Na vanguarda, os donos de terras que usavam os setores radicais urbanos para seus fins, quer dizer, destronar o Imperador.

O que se segue é o desdobramento lógico da atitude política destas classes no período anterior. Postas a reboque das camadas superiores, sob cuja hegemonia se processa toda a revolução [diríamos *contra-revolução*] da Independência, e confiando numa democracia abstrata que estas não se cansavam de pregar, e para qual, diziam, o único obstáculo fora a atitude intransigente de D. Pedro, vão assisir à formação de um governo e à consolidação de uma situação que para elas pouco ou nada se diferenciava da anterior que tinham combatido.¹⁶²

Esse será o tom da articulação do golpe de 7 de abril de 1831. Podemos dizer que o período de nove anos que separa o primeiro do segundo reinado é um período de ajustamentos das frações dominantes da burguesia agrária. Mas, também, é o momento de revoltas populares, ocasionadas por uma profunda crise econômica e seguidas por sangrentas repressões, por parte do Estado.¹⁶³

¹⁶² Caio Prado Jr., *op. cit.*, p. 59.

¹⁶³ "Os nove anos de 1831 a 1840 foram anos de muito sangue, maior ainda pela reação extremada contra os movimentos de caráter popular e sertanejo, as revoltas sociais como os Cabanos, no Pará, a Balaiada, no Maranhão e Piauí, as de Alagoas (1832 a 1844) [...], todas alistando as camadas mais miseráveis do povo. Por isso mesmo, elas foram rigorosa-

Foi, enfim, um momento onde a burguesia agrária viveu uma experiência mais parlamentarista do que, como tem sido apregoa-do, classicamente republicana e onde preparou-se a base da afirmação da monarquia conservadora do segundo reinado. Foi, por isso mesmo, um período conturbado, onde as revoltas populares e os movimentos políticos radicalizados das "camadas médias" urbanas deram, à burguesia agrária, a possibilidade de entender que o "perigo" dos movimentos de massas não havia passado.

A profunda crise social necessitava do ressuscitamento da fórmula de 1822, de um personagem que "encarnasse" o povo e a nação, um novo Imperador. Conservadores e moderados articularam, então, o "Golpe da Maioridade", em 1840, o que nos permite dizer que no Brasil o fenômeno do bonapartismo apresentou-se quase classicamente, isto é, no sentido dos processos ocorridos na Europa, mas em direção oposta, como veremos.

Em sua definição mais geral, o bonapartismo é uma forma de governo que surge do caráter contra-revolucionário da burguesia, nas condições de transformações democráticas e de uma revolução democrática.¹⁶⁴ Apresenta-se como um poder "imparcial", por cima das contradições de classes. Como diz Kaplan:

O Estado bonapartista mostra uma independência considerável de qualquer classe específica e da sociedade como um todo, mas não está suspenso no ar, e sua *autonomia e neutralidade* não, na verdade, mais aparentes que reais. Pretende ser um poder imparcial, encarnação da sociedade e representação-sintética ou sucessiva de várias ou de todas as classes [...]. O bonapartismo surge e funciona a partir de uma determinada ordem social, que — em última instância — não pretende modificar, mas *estabilizar e consolidar*. De fato, atua assim como essencialmente defensor das classes e frações hegemônicas e dominantes.¹⁶⁵

mente exterminadas a ferro e fogo e punidos sem contemplação os seus cabeças. Entre 1832 e 1844, o sangue brasileiro deu testemunho das opressões das minorias dominadoras, fossem ou não liberais ou conservadoras." José Honório Rodrigues, *Conciliação e reforma no Brasil* (Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1982), p. 54.

¹⁶⁴ Veja-se V. I. Lênin, "Las árvores le impiden ver el bosque, em *Obras*, cit., tomo XXVI. Theotônio dos Santos, *Socialismo o fascismo* (Buenos Aires: Ed. Periferia, 1972). Marcos T. Kaplan, *Formação do Estado Nacional* (Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1974).

¹⁶⁵ Cf. Marcos T. Kaplan, *op. cit.*, pp. 31-32 (grifo nosso).

Mais que o primeiro, o segundo reinado enquadra-se na "fórmula" política do bonapartismo e nesse sentido ele é, no Brasil, "clássico". Na França, o bonapartismo surge como continuação às eclosões revolucionárias. Na Alemanha, como elemento de garantia da transição ao capitalismo (do pacto entre *junker* e burgueses), como base de contenção (contra-revolucionária) das massas. Temos, no Brasil, de certa forma, a conjunção desses elementos, desencadeados com o processo de emancipação: a eclosão da luta intestina entre as frações da burguesia agrária, os movimentos populares e rurais e, ainda, os embates com os setores radicalizados da pequena burguesia urbana. A diferença entre essas várias ocorrências do mesmo processo conciliatório, que é como se configura o bonapartismo — e este é o aspecto fundamental —, consiste no seguinte: nos casos francês e alemão, ele garantiu o pleno desenvolvimento burguês e das forças produtivas, propiciando a consolidação dos capitalismos nacionais não subordinados; no Brasil, o bonapartismo mantém a estrutura escravista de produção, continuidade da economia colonial, caracterizando a não-ruptura com o atraso econômico e social, assim como a debilidade de sua burguesia. A conciliação, dessa forma, direciona-se à subsunção. Concilia-se com o arcaísmo, como um todo, tanto nas relações de produção como nas relações sociais e concilia-se com a Inglaterra, a nova "metrópole", posta nos moldes modernos do capitalismo industrial.

Assim, a "modernização" do Brasil, com relação ao contexto mundial do capitalismo, é realizada com o objetivo de manutenção dos fundamentos coloniais de sua organização produtiva, na medida em que a burguesia agroexportadora articula-se com a burguesia industrial britânica. Diferentemente dos processos bonapartistas clássicos, há, no processo brasileiro, não só a conciliação com a estrutura produtiva colonial, mas também uma conciliação onde a burguesia brasileira *cede seu poder econômico para manter o poder político* que, diga-se de passagem, terá sua autonomia nos limites impostos pelas potências industriais européias, agora em processo acelerado rumo ao imperialismo, de cuja cadeia o Brasil será um dos elos débeis.¹⁶⁶ Daí pensarmos que,

¹⁶⁶ Ver V. I. Lênin, *El imperialismo, etapa superior del capitalismo*, em *Obras*, cit., vol. XXIII.

para melhor conceituar o processo de conciliação brasileiro, devemos entendê-lo como um "bonapartismo-colonial", como aspecto do fundamento autocrático dominante, engendrado ontologicamente pela formação histórico-particular do Brasil.

O bonapartismo-colonial aparece, desse modo, como o elemento de consolidação política de uma sociedade extremamente autocrática, comandada por uma burguesia débil e subordinada aos pólos centrais do capitalismo, para a qual a sociedade civil restringe-se aos que detêm o poder econômico, e as massas trabalhadoras constituem a ameaça constante aos seus interesses de classe. Será o articulador de uma política de Estado manipulado e aliadora das massas populares, enfim, a encarnação e a gênese da autocracia burguesa no Brasil.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 23.ª edição. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1984.
- GENOVESE, Eugene. *Economie politique de l'esclavage*. Paris: Ed. Maspero, 1968.
- _____. *The world the slaveholders made*. Nova Iorque: Ed. Panteon Books, 1969.
- GIANNOTTI, José Artur. "Notas sobre a categoria modo de produção, para uso e abuso dos sociólogos". *Estudos CEBRAP* n.º 17. São Paulo, 1966.
- _____. *As origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difel, 1966.
- _____. *Trabalho e reflexão*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Ed. Arcadia, 1971.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Ciências Humanas*. Lisboa: Ed. Presença, 1972.
- _____. *Dialética e cultura*. 2.ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1967.
- GORENDER, Jacob. "O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. *Modos de produção e realidade brasileira*. Organizado por José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.
- _____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ed. Atica, 1978.
- HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Lisboa: Ed. Bertrand, s.d.
- HOBBSAWM, Eric J. Introdução a *Formações económicas pre-capitalistas*, de Karl Marx. Córdoba, Ed. Pasado y Presente, 1971.
- _____. *Las revoluciones burguesas*. Madrid: Ed. Guadarrama, 1964.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 3.ª edição. São Paulo: Difel, 1968.
- _____. *Raízes do Brasil*. 9.ª edição. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1976.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza dos EUA (Nós, o povo)*. 2.ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.
- KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1974.
- KOVAL, Boris. *A grande revolução de outubro e a América Latina*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980.
- LASSKI, Harold. *El liberalismo europeo*. 3.ª edição. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 3.ª edição. São Paulo: Ed. Pioneira, 1976.
- LENIN, V. I. "Las arboles le impiden ver el bosque". *Obras completas*, tomo XVI. Madrid: Akal Editor, 1977.
- _____. *El imperialismo, etapa superior del capitalismo*. *Obras*, tomo XXIII.
- _____. *Materialismo y empiriocriticismo*. *Obras*, tomo XIV.
- _____. *Nuevos datos sobre las leyes de desarrollo de capitalismo en la agricultura — El capitalismo y la agricultura en los Estados Unidos de América*. *Obras*, tomo XXIII.

- _____. *Da senzala à colônia*. 2.ª edição. São Paulo: LECH, 1982.
- COUTINHO, Carlos Néson. "Notas sobre a questão cultural no Brasil". *Revista Escrita/Ensaio* n.º 1. São Paulo: Ed. Escrita, 1977.
- _____. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Civ. Brasileira, 1968.
- CROSSMAN, R. H. S. *Biografia do Estado moderno*. São Paulo: LECH, 1980.
- CUNHAL, Alvaro. *A questão agrária*. Lisboa: Ed. Avante, 1976.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 5.ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976.
- DOBB, Maurice, SWEETZ, P., TAKAHASHI, H. K., HILTON, R. e HILL, Christopher. *Do feudalismo ao capitalismo* (vários artigos). Lisboa: Ed. Don Quixote, 1971.
- DONGHI, Túlio Halperin. *História contemporânea de América Latina*. Madrid: Ed. Alianza, 1972.
- DUBY, Georges. *Guerres y campesinos*. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 1976.
- ENGELS, Friedrich. *El Anti-Dühring*. 4.ª edição. Buenos Aires: Ed. Claridad, 1972.
- _____. *A dialética da natureza*. 3.ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.
- _____. *Las guerras de campesinos en Alemania*. Buenos Aires: Ed. Claridad, 1971.
- _____. *L'origine della famiglia, della proprietà privata e dello stato*. Roma: Ed. Rinascita, 1953.
- _____. Prefácio para a terceira edição alemã de 1885 de *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx. Coleção *Os pensadores*. São Paulo: Ed. Abril, 1978.
- _____. "O problema camponês na França e na Alemanha". *Textos* n.º 3, de Marx e Engels. São Paulo: Ed. Sociais, 1980.
- _____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Ed. Estampa, 1971.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 2.ª edição, aumentada e revisada. Porto Alegre: Ed. Globo/USP, 1975.
- FERNANDES, Florestan. *Aparentamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1975.
- FERNANDES, Heloisa R. *Política e segurança*. São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1973.
- FORD, Franklin. *Europa, 1780-1830*. Madrid: Ed. Aguilar, 1972.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. Atica, 1976.
- _____. *Questões metodológicas em História e Ciências Sociais*. Campinas: Depto. de Ciências Sociais/UNICAMP, 1975, mimeo.
- FRANK, André Gunder. *Acumulação mundial: 1492-1789*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1977.

- . *El programa agrario de la social democracia en la revolución rusa de 1905-1907*. Obras, tomo XIII.
- . *Quiénes son los "amigos del pueblo" y como luchan contra los socialdemócratas*. Obras, tomo I.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, Coleção Brasileira, 1973.
- LUKÁCS, György. *El asalto a la razón*. 3.ª edição. Barcelona: Ed. Grijalbo, 1972.
- . "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem". *Temas de Cincias Humanas*, n.º 2. São Paulo: LECH, 1978.
- . *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969.
- . *Estética*, volume I. Barcelona: Ed. Grijalbo, 1966.
- . *Il giovane Marx*. Roma: Ed. Riuniti, 1978.
- . *Historia y consciencia de clase*. México: Ed. Grijalbo, 1969.
- . *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Ed. Civ. Brasileira, 1968.
- . *Existencialismo ou marxismo?* São Paulo: LCH, 1979.
- . *Ontologia dell'essere sociale*. Roma: Ed. Riuniti, 1976.
- LUPORINI, Cesare e SERENI, Emilio. *El concepto de formación social*. Córdoba: Ed. Pasado y Presente, n.º 39, 1973.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.
- MARQUES, Oliveira. *História de Portugal*. 7.ª edição. Lisboa: Ed. Pallas, 1977.
- MARX, Karl. *El capital*. 7.ª edição. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- . *Contribución a la crítica de la economía política*. Buenos Aires: Ed. Estudios, 1970.
- . *Crítica del Programa de Gotha*. Moscou: Ed. Progreso, s.d.
- . *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Ed. Abril, 1978.
- . *Fundamentos de la crítica de la economía política (Grundrisse)*. Havana: Instituto del Libro, 1970.
- . *Introducción general a la crítica de la economía política/1857*. Córdoba: Ed. Pasado y Presente, 1972.
- . *Miséria da filosofia*. São Paulo: LECH, 1982.
- . *Opere filosofiche giovanili*. 4.ª edição. Roma: Ed. Riuniti, 1971.
- . *Storia delle teorie economiche*. Torino: Ed. Einaudi, 1955.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *La ideologia alemana*. 3.ª edição. Barcelona: Ed. Grijalbo, 1970.
- . *Manifesto do Partido Comunista*. 2.ª edição. São Paulo: Ed. Escrita, 1968.
- . *A Sagrada Família*. Lisboa: Ed. Presença, 1974.
- MAURO, Frédéric. *Do Brasil à América*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.
- MAZZEO, Antonio Carlos. "Notas sobre o 'modo de produção' escravista colonial. In *Rev. Escrita/Ensaio* n.º 08, São Paulo: Ed. Escrita, 1980.

- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1965.
- MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1978.
- MOREIRA, Antonio. "Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do século XVIII". *Pombal revisitado*. Organizado por Maria Helena Carvalho dos Santos. Lisboa: Ed. Estampa, 1984.
- MOTTA, Carlos Guilherme. *A idéia da revolução no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.
- . 1822: *dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala*. 3.ª edição. São Paulo: LECH, 1981.
- NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. São Paulo: LECH, 1981.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1984.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PEREIRA, Miriam A. (coord.). *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa Ed., 1982.
- PETRONI, Maria Teresa S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1968.
- PIRENE, Henri. *As cidades da Idade Média*. 4.ª edição. Lisboa: Ed. Europa-América, 1977.
- . *História econômica e social da Idade Média*. 4.ª edição. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Lisboa: Ed. Portucalense, 1971.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7.ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1971.
- . *História e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.
- . *História econômica do Brasil*. 14.ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1971.
- . *A revolução brasileira*. 4.ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. LTC/EDUSP, 1978.
- REMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Ed. Cultrix, s.d.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. 2.ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1982.
- . *História viva*. São Paulo: Ed. Global, 1985.
- . *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1975.
- ROSDOLSKY, Roman. *Genesis e estrutura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. México: Ed. Siglo XXI, 1978.

- SAES, Décio. *Formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.
- SANTIAGO, Théó Araujo (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 1975.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1977.
- SILVEIRA, Paulo. *Do lado da História*. São Paulo: Ed. Polis, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10.^a edição. Rio de Janeiro: Ed. Civ. Brasileira, 1979.
- . *História militar do Brasil*. 2.^a edição. Rio de Janeiro: Ed. Civ. Brasileira, 1978.
- . *As razões da independência*. 3.^a edição. Rio de Janeiro: Ed. Civ. Brasileira, 1978.
- SOUBOUL, Albert. *La Revolución Francesa*. Madrid: Ed. Tecnos, 1972.
- URICOECHA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel, 1978.
- VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.
- WOODWARD, C. Vann (org.). *Ensaio comparativos sobre a história americana*. São Paulo: Ed. Cultrix.
- ZÉA, Leopoldo. *El pensamiento latino americano*. Barcelona: Ed. Ariel, 1976.

COLEÇÃO NOSSA TERRA

Comunistas em céu aberto 1922-1930

Neste livro, o historiador Michel Zaidan Filho apresenta um painel da atuação dos comunistas no decorrer da década de vinte, especialmente no que se refere à política de aliança a nível da "grande política" e da política sindical.

No primeiro caso, analisa a posição do PCB em relação ao movimento tenentista (pequena burguesia revoltosa) e também no que diz respeito às demais forças socialistas envolvidas nas lutas sociais e políticas que caracterizaram esta década histórica de nosso desenvolvimento. Assim, mostra como a fundamentação original de uma política nacional-popular, consubstanciada sobretudo na obra de Octávio Brandão e nas contribuições de Astorjildo Pereira, pôde oferecer uma perspectiva *sui generis* de ação política que resultou na formação do Bloco Operário e Camponês; política esta que viria a ser abandonada com a "bolchevização" imposta pela Internacional Comunista a partir de 1928.

No segundo caso, o autor analisa a política sindical comunista em função de seu relacionamento com o anarco-sindicalismo, de um lado, e com o sindicalismo amarelo, do outro, mostrando a oscilação da direção do PCB entre uma política de aliança e uma política exclusiva, que seria imposta, igualmente, pelas decisões da Internacional Comunista.

A exemplo de outros trabalhos de Michel Zaidan Filho, este também é calcado numa rica pesquisa documental, o que permite ao autor fundamentar suas observações em fontes de primeira mão.

Impresso na
Gráfica A Tribuna de Santos Ltda.
Rua João Pessoa, 349
Telefone: 32.8692
CEP 11.013 - Santos